

Documento de Área

Área 39:

Ciência Política e Relações Internacionais

Coordenador da Área: Luis Manuel Rebelo Fernandes
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Adriano Nervo Codato
Coordenador de Programas Profissionais: William de Sousa Moreira

SUMÁRIO

Apresentação	0
1 Considerações Sobre o Estado da Arte da Área.....	1
1.1 Tendências, apreciações, orientações.....	1
1.2 Diagnóstico da Área (incluindo a distribuição dos PPG por região, nota e modalidade).....	5
1.3 A interdisciplinaridade na área.....	10
2 Considerações sobre o Futuro da Área.....	11
2.1 Inovações, transformações e propostas.	11
2.2 Planejamento dos PPG da área no contexto das instituições de ensino superior. ...	12
2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG.	12
2.4 Perspectivas de impacto dos PPG da área na sociedade.	13
2.5 Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG.	13
2.6 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.	14
2.7 Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração de PPG.....	14
2.8 Visão da área sobre a modalidade a distância.	15
2.9 Visão da área sobre a modalidade profissional (especialmente o nível de doutorado).	15
2.10 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.	16
2.11 Visão da área sobre formas associativas.	17
2.12 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede).....	17
3 Outras Considerações da Área	18



LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número total de programas e Cursos na Área de Ciência Política e Relações Internacionais (março de 2019)	1
Tabela 2. Indicadores de crescimento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais (1998-2017)	2
Tabela 3. Percentual de programas da Área de Ciência Política e Relações Internacionais sobre o total, por região do Brasil.	5
Tabela 4. Distribuição dos conceitos entre os programas da Área de Ciência Política e Relações Internacionais em 2018.....	7

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Total de programas de pós-graduação: Área de Ciência Política e Relações Internacionais (1998-2019).....	1
Gráfico 2. Número de programas de pós-graduação por Área de avaliação CAPES em 2019 (“Ciências Sociais”).....	3
Gráfico 3. Número de programas de pós-graduação por área de avaliação e modalidade em 2019 (“Ciências Sociais”).....	3
Gráfico 4. Desenvolvimento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais entre 1998-2017 (variáveis selecionadas).....	4
Gráfico 5. Proporção entre indicadores selecionados da Área de Ciência Política e Relações Internacionais e do sistema de pós-graduação do Brasil (CAPES), 1998-2017.....	5
Gráfico 6. Distribuição dos 59 programas na Área de Ciência Política e Relações Internacionais por modalidade em 2019	7
Gráfico 7. Total de programas de pós-graduação por modalidades ao longo do tempo (1998-2019).....	8
Gráfico 8. Taxa de crescimento de artigos na base Scopus (categorias Ciência Política e Relações Internacionais e Sociologia e Ciência Política).....	8
Gráfico 9. Produtividade da Área CP&RI na base Scopus: número de artigos e proporção de citações recebidas (1998-2017) na categoria Ciência Política e Relações Internacionais	9
Gráfico 10. Produtividade da Área de “Sociologia e Ciência Política” na base Scopus: número de artigos e proporção de citações recebidas (1998-2017) na categoria Sociologia e Ciência Política.....	10
Gráfico 11. Distribuição dos cursos da Área de Ciência Política e Relações Internacionais por subárea em 2019	10
Gráfico 12. Crescimento do número de Programas de pós-graduação em CP&RI por subáreas de conhecimento ao longo do tempo (1998-2019).....	11



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
39.cpol@capes.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Documento de Área de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES de 2019 abarca um período de dupla transição no processo de avaliação. A primeira dimensão desta transição reflete a forte expansão de Área nos últimos anos - detalhada mais à frente neste Documento - com crescente e acentuado perfil multidisciplinar, evidenciado tanto no aumento do número de programas de Políticas Públicas e Defesa, quanto na ampliação de iniciativas de interação e cooperação entre programas de distintas subáreas. A principal dimensão da transição em curso, no entanto, é resultado das mudanças que estão sendo implementadas no Sistema de Avaliação da CAPES, visando sua atualização e aprimoramento.

Aprovada pela Diretoria da CAPES após ampla discussão nos Colégios, no CTC-ES e no Conselho Superior da Fundação – e com a participação de dezenas de instituições e entidades parceiras do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) – a proposta de mudança em curso visa constituir e consolidar um sistema multidimensional de avaliação que contemple a diversidade e complexidade do sistema, e valorize tanto o rigor e a qualidade da formação oferecida e do conhecimento gerado, quanto a sua relevância econômica e social. As mudanças propostas apontam para a necessidade de compreensivo planejamento estratégico institucional para alavancar a qualidade, a eficiência e a eficácia do sistema (e que deverá orientar uma sistemática de contínua autoavaliação dos programas de pós-graduação do país), bem como de incorporar cada vez mais dimensões qualitativas ao processo de avaliação.

Por entender que as mudanças indicadas contribuem significativamente para a estruturação de um sistema de avaliação mais compreensivo, abrangente e eficaz – bem como por abarcar uma área de formação e pesquisa que tem forte interação com projetos estratégicos nacionais e regionais e com políticas públicas de relevante impacto econômico e social – a Coordenação de Área de Ciência Política e Relações Internacionais endossa as propostas de aprimoramento aprovadas e atuará com afinco para implementá-las o mais rapidamente possível.

No entanto, a Coordenação de Área entende que sua implementação plena só poderá ocorrer após a Avaliação Quadrienal de 2021, visto estarmos no meio do Quadriênio 2017-2020 e, portanto, as regras de avaliação não devem ser substancialmente alteradas em meio ao período de avaliação para o qual os programas e instituições se planejaram com base nos procedimentos e indicadores já consolidados. Não obstante, é possível, nesta fase de transição, introduzir mudanças incrementais e indicadores complementares de forma cautelosa no sistema de avaliação, de forma a nos aproximar do novo sistema de avaliação proposto e antecipar alguns dos seus efeitos positivos para o período de Avaliação em curso. Esta é a lógica que orienta o presente Documento de Área.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA

1.1 Tendências, apreciações, orientações.

A Área de Ciência Política e Relações Internacionais (CP&RI) conta com 83 cursos organizados em 59 programas de pós-graduação. Trata-se de uma área de tamanho médio em comparação com as demais 48 Áreas de avaliação da CAPES (Tabela 1). Do total de cursos, praticamente a metade é de mestrados acadêmicos (49%), mas 20% da Área já são mestrados profissionais, uma tendência que só se desenvolveu nesta década de 2010. Quando olhamos para o número de programas, a Área já mostra um grau importante de maturidade: 39% dos programas (23) oferecem formação nos dois níveis, mestrado e doutorado acadêmicos (Tabela 1). Em 1998 havia apenas 3 programas com ME/DO (IUPERJ, USP e UFRGS). Uma novidade importante foi a criação, em 2018, do curso de doutorado profissional na Escola de Guerra Naval, o primeiro doutorado nessa modalidade na Área e um dos primeiros no Brasil.

Tabela 1. Número total de programas e Cursos na Área de Ciência Política e Relações Internacionais (março de 2019)

	Programas de pós-graduação							Cursos de pós-graduação				
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
Totais	59	18	1	16	0	23	1	83	41	24	17	1
	100,00%	30,5%	1,7%	27,1%	0,0%	39,0%	1,7%	100,0%	49,4%	28,9%	20,5%	1,2%

Legenda: ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional

Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira; consulta em 2 mar 2019

A Área de Ciência Política e Relações Internacionais conheceu um período de grande expansão nos últimos 20 anos. Passamos de apenas 10 programas para 59, quintuplicando esse número. Essa aceleração no crescimento da Área foi maior a partir de 2008, em que o número de programas quase triplica até março de 2019 (de 21 para 59). O Gráfico 1 mostra como essa tendência é constante, tendo havido um salto importante de 2018 para 2019 com a entrada de mais 10 novos programas de pós-graduação.

Gráfico 1. Total de programas de pós-graduação: Área de Ciência Política e Relações Internacionais (1998-2019)



Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira; consulta em 2 mar 2019

Alguns indicadores selecionados documentam melhor a magnitude da transformação da Área de CP&RI. Houve, em termos absolutos, um crescimento considerável no número de estudantes matriculados, em títulos concedidos, no número de professores e na quantidade de publicações qualificadas.

A Tabela 2 mostra os valores para quatro grupos de informação. Entre 1998 e 2017, o número de estudantes matriculados cresceu 432%. A diferença mais notável foi no aumento dos estudantes de doutorado, com um incremento de 746%. Em 2008 a Área passou a barreira dos 1 mil matriculados (1.033) e em 2016 a barreira dos dois mil: 2.149.

Em termos de titulação, o crescimento foi de 426% no número de diplomados em mestrado e doutorado. A expansão no quadro de docentes foi até mais expressiva, tendo passado de 92 em 1998 para 679 permanentes em 2017. Se considerarmos todos os tipos de docentes dos programas, visitantes, colaboradores e permanentes, a Área contava em 2017 com quase 900 professores (898).

Mas onde a Área de Ciência Política e Relações Internacionais apresentou um desenvolvimento mais expressivo foi nas publicações indexadas na base Scopus. Passamos de apenas 29 artigos em 1998 para 893 em 2017, um aumento de quase 3.000% (Tabela 2), apesar da representatividade ainda restrita de periódicos da Área nessa base.

Tabela 2. Indicadores de crescimento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais (1998-2017)

	1998	2008	2017	Varição 1998-2017
Estudantes matriculados	459	1033	2440	432%
Mestrado Acadêmico	339	568	1.107	227%
Doutorado Acadêmico	120	392	1.015	746%
Mestrado Profissional	0	73	318	
Títulos concedidos	111	234	584	426%
Mestrado Acadêmico	84	167	403	380%
Doutorado Acadêmico	27	53	125	363%
Mestrado Profissional	0	14	56	
Professores*	92**	250	679	638%
Visitantes		7	41	
Colaboradores		85	178	
Permanentes		250	679	
total geral		342	898	
Publicações Scopus (artigos)	29	379	893	2.979%
Ciência Política e Relações Internacionais	5	80	193	3.760%
Sociologia e Ciência Política	24	299	700	2.817%

* Em 1998 a CAPES registrava professores NRD3, NRD5 e NRD6. Assumimos, para fins de cálculo comparativo, que o NRD6 corresponde aos atuais professores permanentes dos programas.

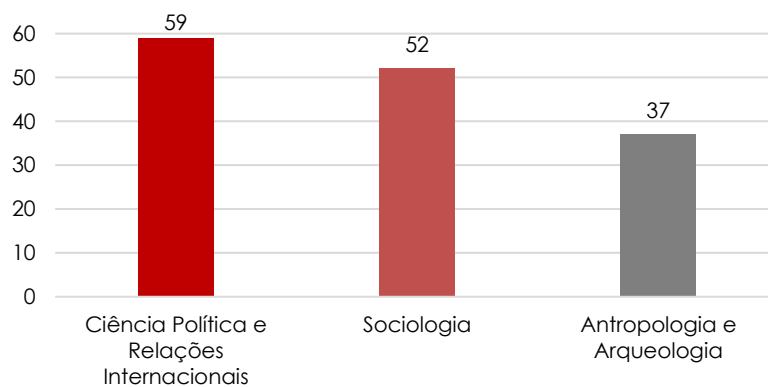
** NRD6

Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES coleta em 1 jun. 2019

Fonte: SJR Scimago Journal & Country Rank (<https://www.scimagojr.com/journalrank.php>) coleta em 28 maio 2019

Para situar o perfil e o desenvolvimento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais, convém comparar a sua evolução com a das suas outras áreas que formam o campo das “Ciências Sociais” no Brasil e são mais antigas e mais institucionalizadas: a Antropologia e, principalmente, a Sociologia. Apesar de mais recente, o Gráfico 2 mostra que, em 2019, a Área de CP&RI já possuía um número de programas de pós-graduação maior que o das suas coirmãs. Isto se deve, em boa parte, à política de expansão adotada desde fins da década de 2000 e ao estímulo dado para a criação de mestrados profissionais.

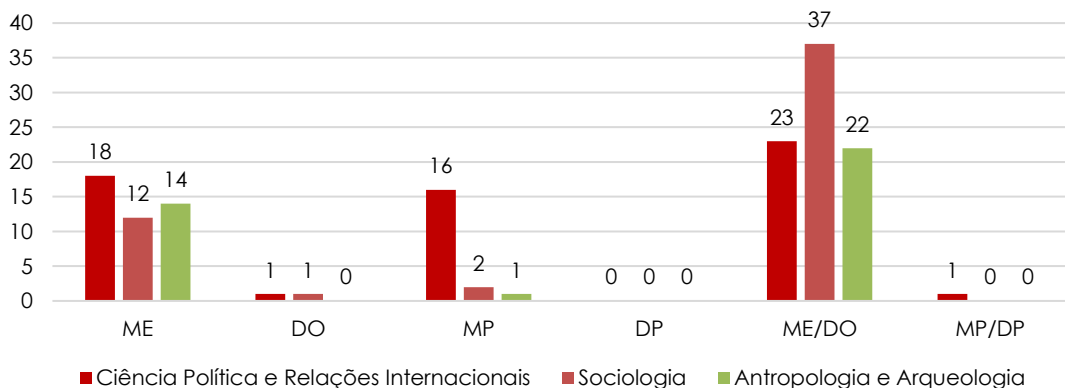
Gráfico 2. Número de programas de pós-graduação por Área de avaliação CAPES em 2019 (“Ciências Sociais”)



Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira; consulta em 2 mar 2019

Essa política da Área fica mais clara quando se olham os números do Gráfico 3. Enquanto Antropologia e Arqueologia contam com apenas 1 MP e Sociologia 2, CP&RI tem 17 MP e 1 doutorado profissional. Os dados do Gráfico 3 também revelam que CP&RI é muito próxima de Antropologia e Arqueologia no número de programas acadêmicos com mestrado e doutorado (23 e 22, respectivamente), mas está bem atrás de Sociologia, com 37 programas do tipo. Isso se deve à antiguidade da Área e ao seu crescimento acumulado nas duas décadas passadas.

Gráfico 3. Número de programas de pós-graduação por área de avaliação e modalidade em 2019 (“Ciências Sociais”)



Legenda: ME = Mestrado Acadêmico; DO = Doutorado Acadêmico; MP= Mestrado Profissional; DP = Doutorado Profissional

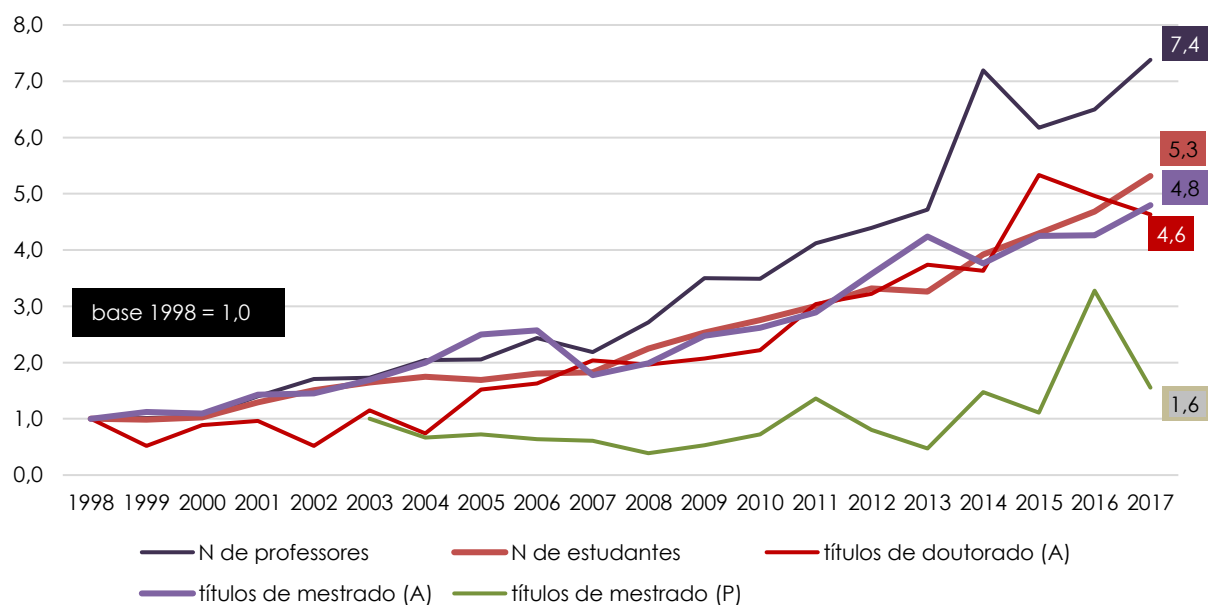
Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira; consulta em 2 mar 2019

Já quando analisamos os dados por número de cursos oferecidos, Sociologia ainda é, das Ciências Sociais, a área de conhecimento com mais cursos, 89, contra 83 da Ciência Política e Relações Internacionais e 59 da Antropologia e Arqueologia.

Para mostrar a magnitude do desenvolvimento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais nos últimos 20 anos, calculamos o quanto cinco indicadores importantes mudaram ao longo do tempo (Gráfico 4). Títulos de mestrado acadêmico aumentaram quase 5 vezes (4,8) e de doutorado acadêmico perto disso (4,6 vezes). O menor desempenho ficou com os mestrados profissionais que, desde as primeiras defesas em 2003, aumentou a titulação em apenas 1,6 vezes. O contingente que mais cresceu foi o do número de professores permanentes nos programas da Área: mais de 7 vezes (7,4).

Esses valores, todavia, tem de ser vistos comparativamente com o crescimento do próprio sistema de pós-graduação no Brasil nas últimas duas décadas.

Gráfico 4. Desenvolvimento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais entre 1998-2017 (variáveis selecionadas)



Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES coleta em 1 jun. 2019
 Legenda: (A) Acadêmico - (P) Profissional

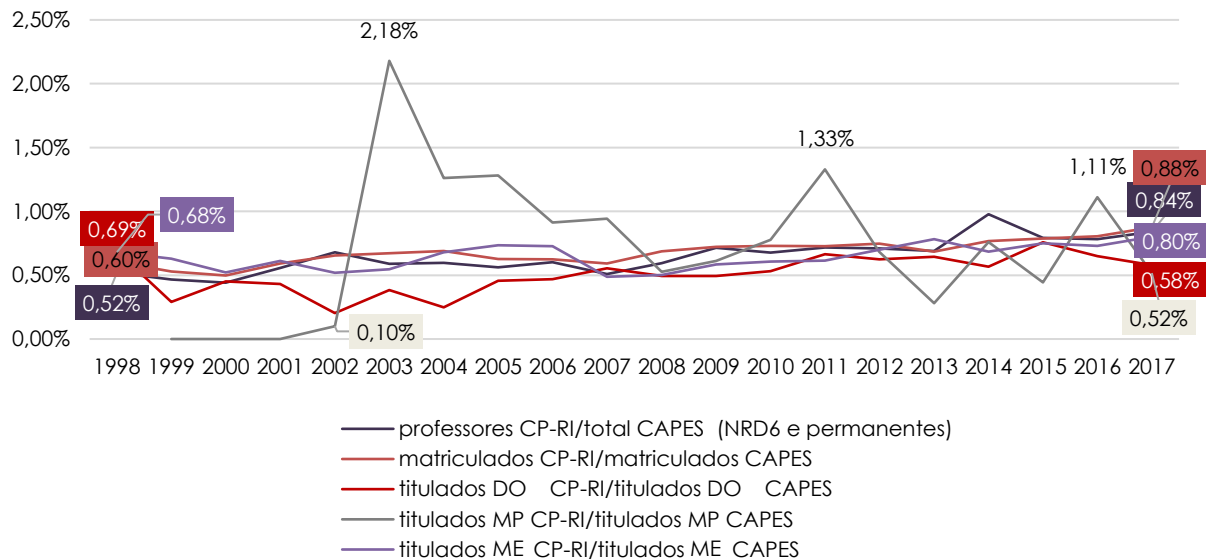
O Gráfico 5 calcula a proporção que esses indicadores de desempenho da Área de Ciência Política e Relações Internacionais representavam no sistema de pós-graduação da CAPES em 1998 e os valores que eles representavam em 2017.

Estudantes titulados em mestrados profissionais eram somente 0,10% do total do sistema CAPES e, ao final da série, 0,52% - um incremento considerável. Houve aqui três picos de bom desempenho: em 2003, quando esses titulados representaram 2,18% de todos os mestres profissionais do sistema; em 2011, 1,33%; e em 2016, 1,11%.

Títulos de mestrado acadêmico representavam 0,68% do total da CAPES em 1998 e, em 2017, 0,80%, um crescimento, mas modesto. As maiores mudanças foram para os casos do

número de professores permanentes nos programas da área (incremento de 0,32%) e no número de estudantes inscritos: de 0,60% para 0,88%.

Gráfico 5. Proporção entre indicadores selecionados da Área de Ciência Política e Relações Internacionais (CP&RI) e do sistema de pós-graduação do Brasil (CAPES), 1998-2017



Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES coleta em 1 jun. 2019

Assim, o Gráfico 5 contextualiza as taxas de crescimento do Gráfico 4 e mostra que todo o sistema de Pós-Graduação no Brasil se expandiu consideravelmente. O crescimento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais está inserido nessa dinâmica.

1.2 Diagnóstico da Área (incluindo a distribuição dos PPG por região, nota e modalidade).

A dimensão da concentração de programas de pós-graduação na região Sudeste e as dificuldades da expansão para o Norte do Brasil podem ser vistas na Tabela 3 e no Mapa 1. Observa-se entre 1998 e 2019 a atenuação da concentração dos PPG na região Sudeste, em benefício das regiões Sul, que dobrou sua participação, e a Nordeste, que passou de 10% para quase 18,6%.

Tabela 3. Percentual de programas da Área de Ciência Política e Relações Internacionais sobre o total, por região do Brasil.

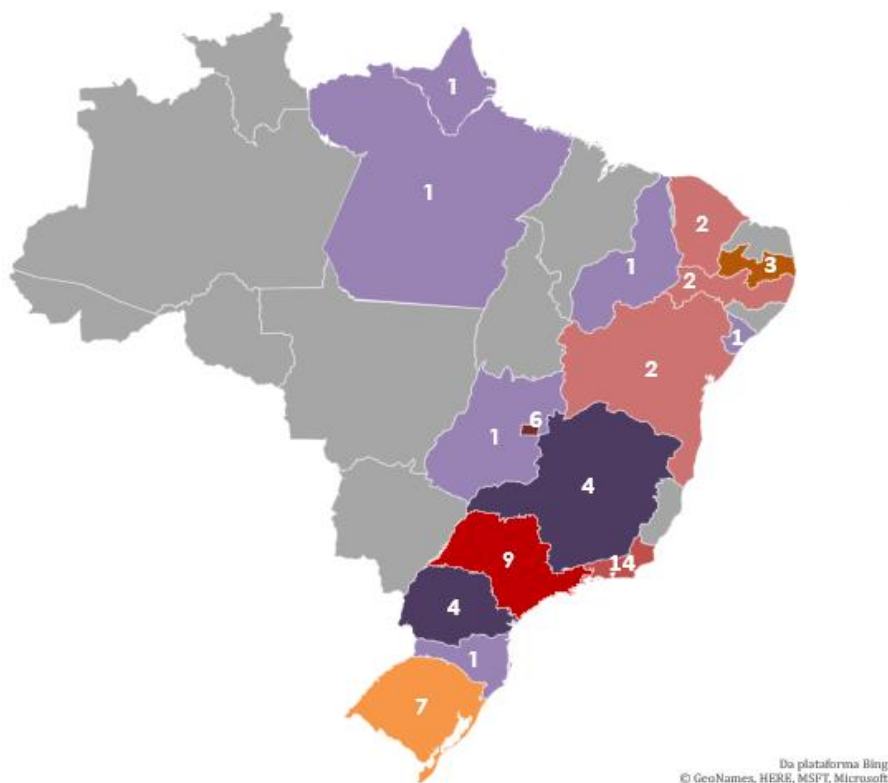
Região	Programas de Pós-Graduação		
	1998 (N = 10)	2008 (N = 21)	2019 (N = 59)
Centro-Oeste	20,0%	23,8%	11,9%
Nordeste	10,0%	9,5%	18,6%
Norte	0,0%	4,8%	3,4%
Sudeste	60,0%	52,4%	45,8%
Sul	10,0%	9,5%	20,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira

Não obstante, ainda estão no Sudeste praticamente a metade dos cursos da Área (46%). Assim, o crescimento havido nas duas últimas décadas foi mais concentrado no eixo Sudeste-Sul. Permanece, pois, o desafio da expansão da Área para o eixo Norte-Centro-Oeste.

O Mapa 1 mostra os estados com mais presença na Área: o Rio de Janeiro (14 programas), São Paulo (9) e Rio Grande do Sul (7). O Distrito Federal completa essa lista com 6 programas.

Mapa 1. Número de programas de pós-graduação (CP&RI) por estado em 2019 (profissionais e acadêmicos)



Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira

As notas dos programas (Tabela 4) mostram que a Área é medianamente grande, mas jovem. Quase a metade dos programas têm nota 3 (41%) e 4 (29%). Assim, 70% estão nos menores estratos das notas. Apenas dois programas são nota 7: USP e UFMG.

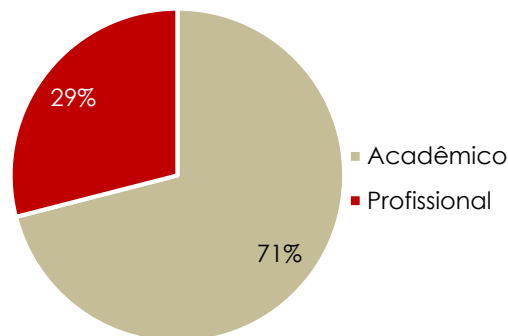
Tabela 4. Distribuição das notas entre os programas da Área de Ciência Política e Relações Internacionais em 2018

	nota 3	nota 4	nota 5	nota 6	nota 7	Total
Programas	20	14	7	6	2	49
	40,82%	28,57%	14,29%	12,24%	4,08%	100,00%

Fonte: dados compilados pela DAV – Diretoria de Avaliação da CAPES; situação da área em 24/04/2018

O Gráfico 6 mostra a distribuição dos 59 programas da Área por modalidade e o Gráfico 7, como essa proporção evoluiu ao longo do tempo.

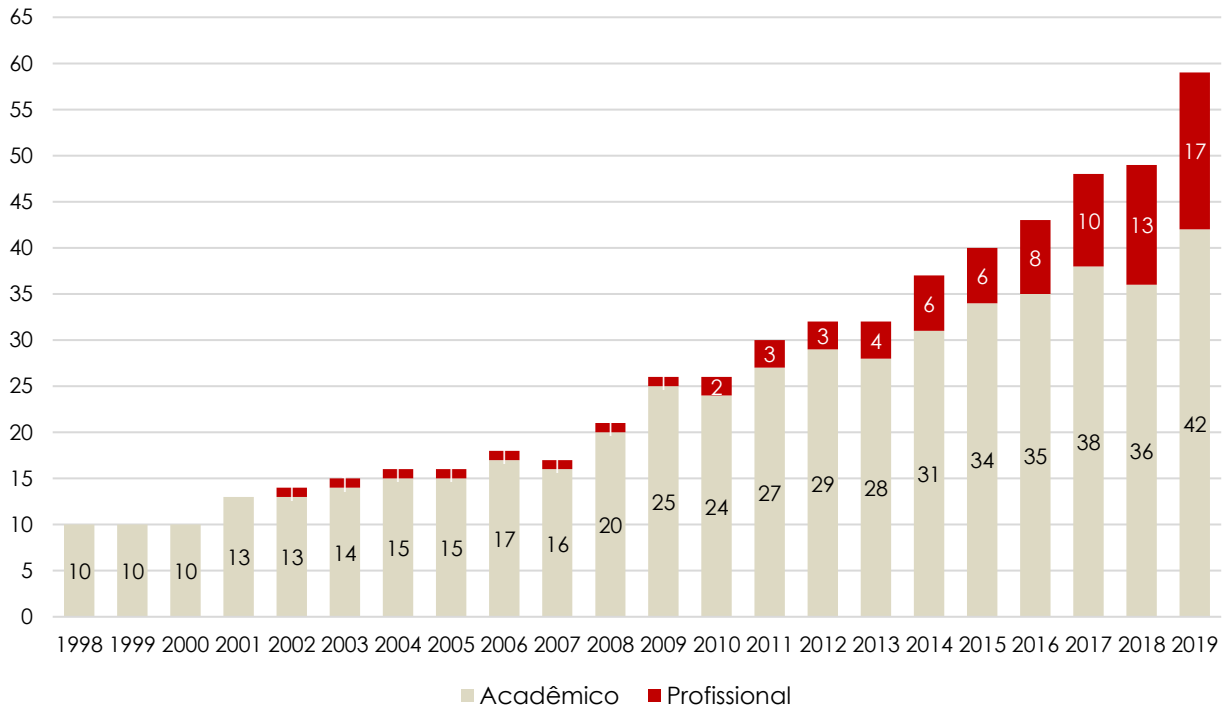
Gráfico 6. Distribuição dos 59 programas na Área de Ciência Política e Relações Internacionais por modalidade em 2019



Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira

A maior parte (71%) dos programas é na modalidade acadêmica (42 contra 17 profissionais) (Gráfico 6). Mas essa proporção é menor do que já foi. O Gráfico 7 mostra que, em 2012, havia apenas 3 programas profissionais (9%) contra 29 acadêmicos (91%) dos 32.

Gráfico 7. Total de programas de pós-graduação por modalidades ao longo do tempo (1998-2019).

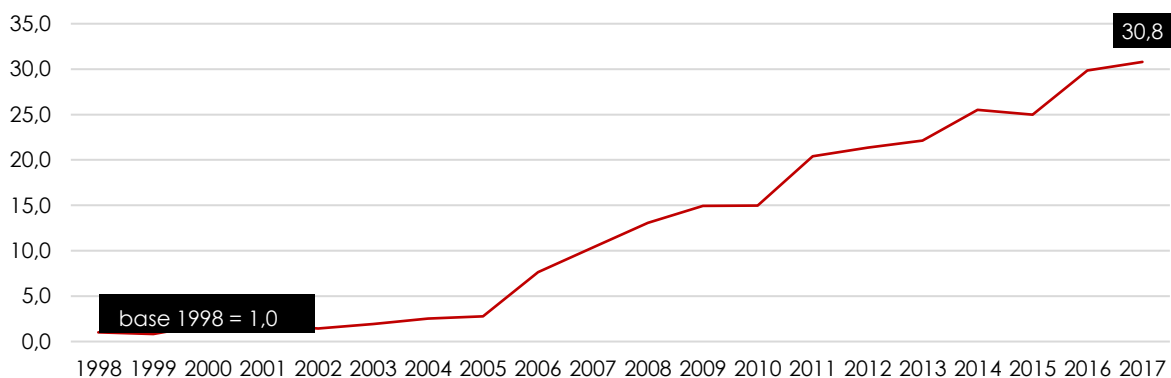


Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira

1.2.1 A internacionalização da produção

A Tabela 2 já registrou o aumento do número de artigos publicados por professores e estudantes da Área de CP&RI. No Gráfico 8 juntamos a produção intelectual de duas categorias da base Scopus (Ciência Política e Relações Internacionais e Sociologia e Ciência Política) mais frequentes. Em resumo, a produção intelectual qualificada (estratos A1, A2 e B1 do Qualis CAPES) em 2017 é quase 31 vezes maior do que no início da série de dados, em 1998.

Gráfico 8. Taxa de crescimento de artigos na base Scopus (categorias Ciência Política e Relações Internacionais e Sociologia e Ciência Política)



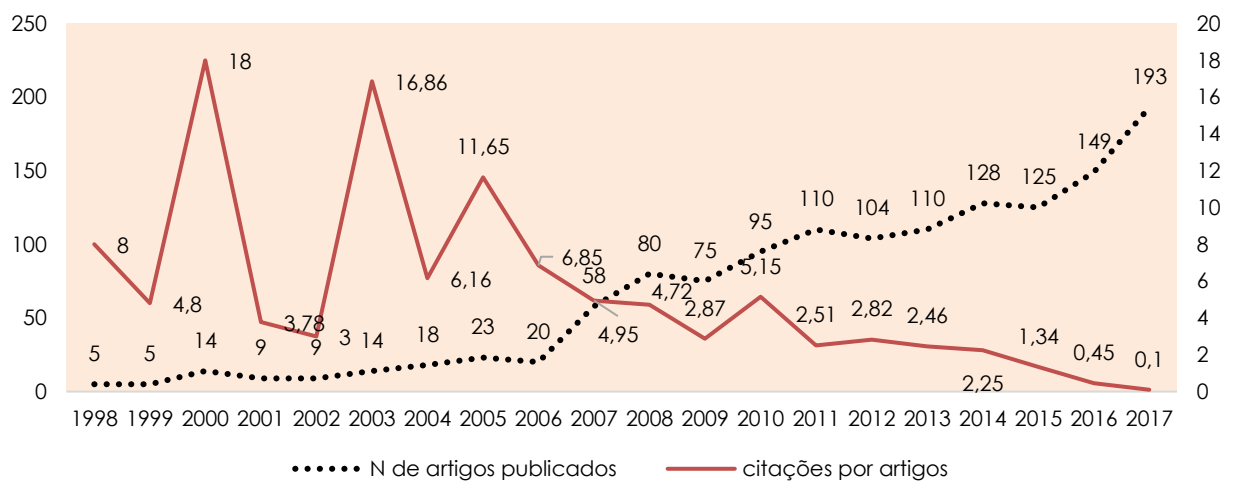
Fonte: dados calculados a partir de SJR Scimago Journal & Country Rank (<https://www.scimagojr.com/journalrank.php>) coleta em 28 maio 2019

1.2.2 Desafios da internacionalização da produção científica

Esses dados são positivos, mas há que se considerar que parte importante dessa evolução decorre do crescimento, a partir de 2006, de número de periódicos brasileiros do portal SciELO indexados na base Scopus. Apesar deste crescimento, a representatividade de periódicos brasileiros da área na base Scopus mantém-se baixa, com apenas 26,3% desses periódicos presentes na referida base no biênio 2017-2018.

Os gráficos 9 e 10 mostram que um dos desafios da área é aumentar seu impacto intelectual.

Gráfico 9. Produtividade da Área CP&RI na base Scopus: número de artigos e proporção de citações recebidas (1998-2017) na categoria Ciência Política e Relações Internacionais

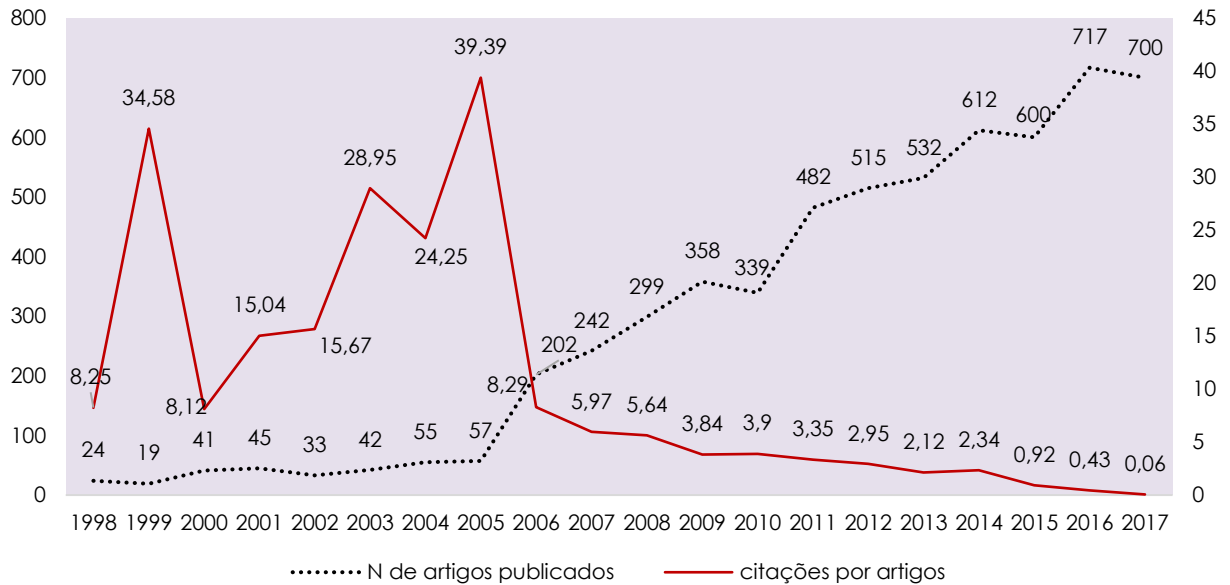


Fonte: dados calculados a partir de SJR Scimago Journal & Country Rank (<https://www.scimagojr.com/journalrank.php>) coleta em 28 maio 2019

A linha pontilhada em preto é a do N de artigos de periódicos brasileiros na base Scopus. A linha cheia é a razão entre o número de artigos publicados e o número de artigos citados. O valor decrescente na última década é consequência da forte expansão do número de artigos publicados neste período combinada com o tempo de maturação necessário para a geração de impactos na própria base.

O mesmo desempenho ocorre na categoria “Sociologia e Ciência Política” da Scopus. A linha pontilhada em preto é a do número de artigos de periódicos brasileiros na base Scopus. A linha vermelha é a razão entre o número de artigos publicados e o número de artigos citados.

Gráfico 10. Produtividade da Área de “Sociologia e Ciência Política” na base Scopus: número de artigos e proporção de citações recebidas (1998-2017) na categoria Sociologia e Ciência Política

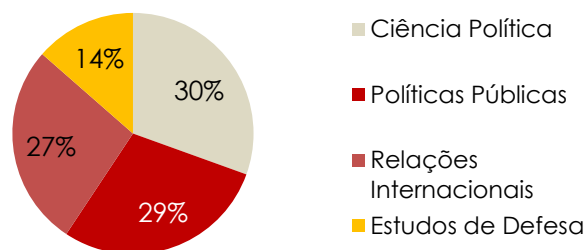


Fonte: dados calculados a partir de SJR Scimago Journal & Country Rank (<https://www.scimagojr.com/journalrank.php>) coleta em 28 maio 2019

1.3 A interdisciplinaridade na área.

A Área possui, hoje, uma forte vocação interdisciplinar. Podemos dividir a Área de CP&RI em quatro subáreas com especialidades definidas: Ciência Política, Relações Internacionais, Políticas Públicas e Estudos de Defesa/Estudos Estratégicos. Em 2019, havia 18 programas de Ciência Política, 17 de Políticas Públicas, 16 de Relações Internacionais e 8 de Defesa/Estudos Estratégicos. O Gráfico 11 distribui esses valores em percentuais

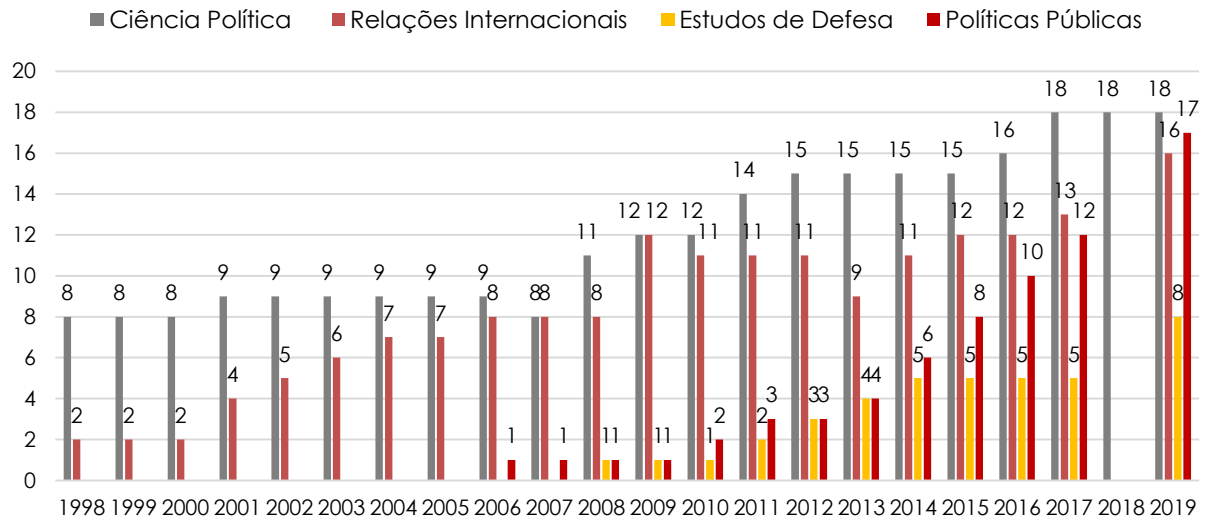
Gráfico 11. Distribuição dos cursos da Área de Ciência Política e Relações Internacionais por subárea em 2019



Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira; consulta em 2 mar 2019

O Gráfico 12 conta a história do crescimento das diferentes subáreas. Políticas Públicas (em vermelho) possuía apenas 2 Programas em 2010 e em 2019 são 17, um a mais do que Relações Internacionais, que sempre foi a segunda maior especialização da Área.

Gráfico 12. Crescimento do número de Programas de pós-graduação em CP&RI por subáreas de conhecimento ao longo do tempo (1998-2019)



Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira; consulta em 2 mar 2019. Faltam dados para RI, ED e PP em 2018

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA

2.1 Inovações, transformações e propostas.

A reforma do sistema de avaliação da pós-graduação desenvolvida pela CAPES incorpora uma perspectiva multidimensional que busca valorizar o rigor e a qualidade da formação e da produção de conhecimento oferecidos, mas também sua relevância econômica e social. Como decorrência, estão sendo implementados pela Coordenação da Área, de forma cautelosa e incremental, ajustes nos pesos e nas prioridades dos itens de desempenho, antecipando o modelo de avaliação que vigorará no próximo quadriênio. A Coordenação entende ser fundamental, neste processo, promover e valorizar as múltiplas contribuições dos programas de Pós-Graduação da Área para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas geradoras de desenvolvimento econômico e social, tanto nacional quanto regional.

Entre os focos centrais está o melhor equilíbrio entre as dimensões qualitativa e quantitativa nas análises dos indicadores, com a valorização também da primeira para fundamentar mudanças estruturantes nos programas de pós-graduação, no sentido de avaliar o que o programa faz de melhor e não tudo o que faz.

Nesse processo de transformação, ganham importância o plano de desenvolvimento institucional (PDI) ou planejamento estratégico e a autoavaliação, estímulos para um maior protagonismo da comunidade acadêmica da própria instituição no processo de avaliação. Por intermédio do PDI, reitores e pró-reitores podem estabelecer metas e indicadores que irão se refletir e moldar o planejamento da pós-graduação. Ademais, a autoavaliação abrirá um maior espaço para a autocrítica a partir dos próprios atores institucionais, notadamente os corpos docente e discente do programa, além de outras instâncias de gestão acadêmica e mesmo fora da instituição.



Cabe destacar também a inovação introduzida com a criação do doutorado profissional, propondo um foco em pesquisa e em conhecimento aplicados, de modo a complementar os esforços de geração de impacto social, econômico e de contribuir para a concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

O doutorado profissional se constitui numa modalidade com potencial inovador, sobretudo no que tange a promoção de conhecimento voltado para a solução de problemas e desafios na implementação de políticas públicas. Os primeiros cursos nessa nova modalidade foram aprovados ao final de 2018, e estarão em implantação e ativação a partir de 2019, o que demandará da Coordenação das Área e dos responsáveis da instituição especial atenção e acompanhamento.

A expansão observada na Área, principalmente ao longo da última década, reflete uma vocação interdisciplinar, conforme mostrado no item 1 deste documento, com a formação de subáreas com Políticas Públicas, Estudos Estratégicos e de Defesa em complemento à Ciência Política e às Relações Internacionais.

2.2 Planejamento dos PPG da área no contexto das instituições de ensino superior.

A revisão do sistema de avaliação apontou a necessidade de as Instituições de Ensino Superior (IES) se organizarem a partir de seus objetivos estratégicos e das ações e metas traçadas para atingi-los, no desempenho de suas missões. Nesse sentido, cresce de importância o alinhamento entre o planejamento dos programas e os respectivos planos de desenvolvimento institucionais (PDI).

Um programa específico de apoio às IES foi criado pela CAPES por meio de portaria específica, de modo a prover orientação para a elaboração do “Planejamento Estratégico da Pós-Graduação (PlanEs).”

Nesse processo, importa à IES considerar a missão institucional dentro do sistema de ensino superior e de pós-graduação, identificar pontos fortes e deficiências, bem como as condições necessárias para superá-las. É preciso pensar na sustentabilidade do Programa em função dos recursos humanos, materiais e financeiros existentes. Isso inclui o desenvolvimento das ações de internacionalização tendo em vista a missão formulada.

Cresce, assim, a importância de uma sistemática de planejamento consistente que envolva os principais atores da instituição e que seja capaz de orientar realisticamente os PPG no que tange a metas e recursos. Na execução desse planejamento, torna-se importante o acompanhamento continuado de ações metas e indicadores e do grau de atendimento a metas estabelecidas, o que requer uma capacidade de avaliação própria.

2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG.

Os estudos conduzidos pela CAPES para o aprimoramento do sistema de avaliação indicam ser a autoavaliação, entendida como “processo de avaliação interna ou institucional”, uma ferramenta de gestão que pode contribuir decisivamente para a eficiência e a eficácia dos programas, assim como para os processos de avaliação conduzidos periodicamente pela CAPES.

Trata-se de uma forma de avaliação que, ao ser implementada, incorpora a própria comunidade acadêmica da instituição, podendo incluir interlocutores e/ou parceiros externos. Nesse sentido, requer tempo e dedicação, mas os resultados auferidos poderão ser de utilidade para a reflexão institucional interna e para a adoção de correções ou estímulos que possam



ajustar rumos ou reforçar práticas positivas voltadas às metas de desenvolvimento estabelecidas pelos PDI.

O planejamento do programa deve, pois, considerar metas e indicadores que permitam a autoavaliação e o desenvolvimento dos cursos, consentaneamente às metas institucionais estabelecidas no PDI. Contudo, a formulação das metas deve ser realista e consistente com os objetivos, as capacitações disponíveis, as naturezas, níveis e modalidades dos programas (mestrado, doutorado, acadêmico, profissional, em associação, a distância etc.).

2.4 Perspectivas de impacto dos PPG da área na sociedade.

A Área de Ciência Política e Relações Internacionais permanece em expansão, dispendo em março de 2019 de 59 programas e 83 cursos, entre acadêmicos e profissionais, distribuídos pelo país conforme indicado no item 1 deste documento. Esses programas de pós-graduação *stricto sensu* abrangem subáreas de Ciência Política, Relações Internacionais, Políticas Públicas, Estudos Estratégicos e de Defesa. A abrangência e distribuição possibilitam avaliar o potencial de impacto da Área notadamente nas regiões SE, S e NE.

Cabe considerar que as mudanças sendo introduzidas por intermédio da CAPES no sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil visam construir uma estrutura mais abrangente e eficaz, bem como abarcar uma área de formação e pesquisa que tem forte interação com projetos estratégicos nacionais e regionais e com políticas públicas de relevante impacto econômico e social. A Coordenação de Área atua para implementar essas mudanças, notadamente no que tange aos impactos sociais e econômicos a partir de produção voltada a inovação e à contribuição para concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A capacidade de formação de mestres e doutores é um indicador do potencial de irradiação de conhecimento e de contribuição para a geração de acadêmicos e profissionais com alta qualificação para atuar no mercado de trabalho, tanto no setor público como no setor privado.

2.5 Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG.

A internacionalização dos programas é vista pela Área como de grande importância para o desenvolvimento intelectual de professores, pesquisadores, mestrandos e doutorandos. Para tal contribuem a adoção de parâmetros internacionais de qualidade na pesquisa, produção científica e formação de recursos humanos. Nos casos e dimensões em que esses parâmetros possam acarretar prejuízos para o desenvolvimento de subáreas e temas de caráter eminentemente nacional, devem ser desenvolvidos e adotados parâmetros de rigor equivalente (de forma complementar ou substitutiva) para preservar e valorizar a produção do conhecimento em áreas e temas prioritários para o país.

O estímulo à participação de acadêmicos brasileiros na produção científica mundial se alinha às metas estabelecidas no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). No que tange à produção e conhecimento, é fundamental a interação com instituições acadêmicas e de pesquisa de excelência no exterior.

Não obstante, a internacionalização requer recursos normalmente de vulto, demandando planejamento apropriado e tempestivo, bem como a necessária priorização dos investimentos a serem efetuados. Nesse processo, as iniciativas devem se pautar pelo alinhamento aos objetivos dos programas, às áreas de concentração e às linhas de pesquisa do curso. Num quadro de escassez de recursos, os programas de internacionalização da CAPES passam por transformações que necessitam ser acompanhadas pelos programas.



A internacionalização tem sido um fator de distinção para programas de excelência, e assim prosseguirá.

Entre as iniciativas que contribuem para a internacionalização, merecem destaque a produção intelectual divulgada por meio de publicação em periódicos internacionais, e intercâmbios em variados níveis com instituições estrangeiras, envolvendo estrangeiros docentes, discentes ou ainda profissionais com inserção acadêmica, para o benefício da troca de conhecimentos, experiências, tecnologia.

2.6 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) estabeleceu um conjunto de metas para o desenvolvimento da pós-graduação brasileira, que inclui a redução das assimetrias regionais e a ampliação da formação de recursos humanos, além da contribuição com a formação básica.

Considerando a expansão do SNPG nos últimos anos e a consolidação de indicadores de qualidade acadêmica, o próximo período reserva um conjunto de desafios a serem enfrentados pela Área no que tange a este propósito.

A Área procurará dar tratamento diferenciado para iniciativas que tenham potencial de impacto em áreas com sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) menos consolidados. Nesse sentido, serão estimuladas, entre outras iniciativas, o uso dos mecanismos de solidariedade, como Minter, Dinter e Turmas Fora de Sede, conforme descritas no item 2.12 deste documento.

2.7 Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração de PPG.

Entre os recursos para a modificação de programas de pós-graduação já existentes estão a fusão, o desmembramento e migração. Essas alternativas estão reguladas nos documentos da CAPES.

A Área entende que essas opções devem ser utilizadas para atender situações específicas, notadamente em regiões onde a combinação, divisão ou mudança de capacidades disponíveis em diferentes programas ou IES pode ser a solução para ampliar ou otimizar a oferta de formação e o impacto dos conhecimentos gerados por meio da pós-graduação. Não obstante, essas ações requerem cuidados em suas concepções e planejamentos, principalmente no que tange à sustentabilidade.

Uma solicitação de fusão requer um projeto formal a ser enviado à Diretoria de Avaliação (DAV/CAPES), com a anuência de todos os envolvidos, e só deve ocorrer entre programas de mesma modalidade (acadêmico ou profissional). Se a fusão for autorizada, a nota resultante do programa será igual à nota dos programas originais, caso tenham a mesma nota, ou será igual à maior nota entre os programas, caso a diferença entre as notas originais seja de apenas um nível. Os procedimentos para a fusão devem seguir as orientações da portaria específica da CAPES que dispõe sobre o assunto.

A proposta de desmembramento deve ser realizada por meio de APCN, seguindo o calendário da DAV/CAPES. Pode-se propor, se for o caso, a mudança de modalidade do programa criado a partir da separação. Para ser aprovada, demanda-se o cumprimento de todos os requisitos indicados para uma proposta de curso novo de mestrado ou doutorado, acadêmico ou profissional, conforme o caso, de acordo com o que consta no documento da Área, acrescidos de documento que explicita detalhadamente o período e as formas de transição, com a saída de áreas de concentração, linhas de pesquisa, docentes e discentes do programa originário. O



programa originário do desmembramento será avaliado conjuntamente e poderá ter sua nota alterada em decorrência das mudanças ocorridas.

No caso da migração, a proposta visa a transferência de um PPG *stricto sensu* em funcionamento para uma outra instituição, simultaneamente em todos os níveis, mantendo-se suas características. Para tal, um projeto deve ser enviado à DAV/CAPES.

Em qualquer dos casos, propostas devem explicitar com clareza as condições de implementação da modalidade pretendida, bem como o planejamento da transição no que tange aos impactos para os corpos docente, discente e da infraestrutura dos programas participantes.

2.8 Visão da área sobre a modalidade a distância.

A CAPES regula essa modalidade por meio de portaria específica, que dispõe sobre os programas de pós-graduação na modalidade de educação a distância. Embora o EaD seja uma tendência apoiada nos avanços nas tecnologias de informação e de comunicações, há um processo de discussão e maturação ainda em andamento, e a Área de CP&RI considera que sua implantação em nível de pós-graduação merece atenção e cuidados especiais, com o propósito de assegurar a qualidade esperada de um curso *stricto sensu*.

Em função da infraestrutura e da capacitação técnica requeridas, faz-se necessário que as instituições proponentes tenham não somente as condições materiais, mas também experiência em cursos a distância. Considerando-se os requisitos já estabelecidos na regulamentação emanada da CAPES, a Área ressalta que, na fase inicial de implantação da modalidade, serão aceitas propostas de instituições que possuam programa de pós-graduação *stricto sensu* na Área, com um mínimo de oito (8) anos de atuação, e que tenham alcançado avaliação “muito boa” para a produção intelectual na última avaliação quadrienal da CAPES.

Em resumo, a Área entende a importância da modalidade a distância, mas destaca a cautela necessária com os requisitos e as garantias de qualidade dos programas. Esses devem ser claramente evidenciados nas propostas, em especial com relação à experiência em EaD e à pós-graduação *stricto sensu*, assim como deve ser explicitado o pleno atendimento aos requisitos de corpo docente, infraestrutura, entre outros.

2.9 Visão da área sobre a modalidade profissional (especialmente o nível de doutorado).

A modalidade profissional tem despertado o interesse das IES da Área, o que se reflete no crescimento significativo do número de programas, de apenas um (1) em 2002 (até 2009), para dezessete (17) em 2018, ano em que foi aprovado o primeiro doutorado profissional em CP&RI.

A Área CP&RI entende que os mestrados e doutorados profissionais são particularmente apropriados às suas subáreas, tanto na atividade de formação avançada de recursos humanos para o setor público ou privado, como na geração de impactos sobre o desenvolvimento econômico e social ou, ainda, no trato de políticas públicas.

De um modo geral, a criação de um doutorado profissional deve derivar do processo de amadurecimento e consolidação de um mestrado profissional já existente, com qualidade reconhecida por no mínimo uma avaliação quadrienal anterior, expressa pela nota 4 ou 5 em avaliação periódica da CAPES. Somente em casos excepcionais, devidamente justificados no parecer da comissão de avaliação da proposta de curso novo (APCN), as propostas de mestrado e doutorado profissionais apresentadas conjuntamente ou de doutorados profissionais isolados poderão ser consideradas.



Os programas profissionais devem promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados. Devem, por fim, contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

O doutorado profissional se diferencia do doutorado acadêmico, entre outros aspectos, pela natureza e foco da pesquisa e aplicação dos conhecimentos/experiências produzidos e dos produtos gerados. Enquanto o doutorando acadêmico pode voltar-se a pesquisas fundamentais ou básicas, em busca de novas ideias, perspectivas e teorias que contribuam para alargar corpo de conhecimento em seu campo, o doutorando profissional prioriza a pesquisa aplicada ou tecnológica, a partir da exploração de conhecimentos e teorias já disponíveis, que possam ser úteis à concepção de soluções inovadoras para problemas complexos existentes ou em perspectiva.

O DP tem como público alvo prioritário profissionais em atividade no mercado de trabalho ou que desejam a formação avançada que os habilite e qualifique para exercer atividades de alto nível nas instituições/empresas, públicas ou privadas. Ele não busca a formação de acadêmicos para universidades, embora os doutores profissionais também possam exercer a docência no ensino superior. O perfil do doutor profissional se caracteriza pela autonomia, pela capacidade de gerar conhecimento a partir de pesquisa aplicada e pela capacidade de produção e transferência de produtos e técnicas/tecnologias inovadoras para soluções de problemas de alta complexidade em seu campo/segmento de atuação.

O foco do DP está, pois, direcionado à solução de problemas complexos da instituição ou setor de atuação do Programa, como também na contribuição para a formulação de políticas públicas ou estratégias corporativas, e no potencial de gerar impacto social, educacional e/ou econômico.

Em função da natureza e do foco dos programas profissionais, a dissertação e a tese não necessariamente representam o melhor meio de aplicação dos resultados e da transferência de conhecimento ou tecnologia a um setor interessado. Assim, outras opções de trabalho de conclusão de curso são admitidas, devendo ser definidas nos regulamentos dos programas, à luz do documento orientador de APCN da Área CP&RI .

Em todos os casos, o rigor metodológico, a profundidade e a densidade conceitual da pesquisa devem ser exigidos e avaliados de forma compatível com o nível de complexidade do curso (mestrado ou doutorado) e a correspondente titulação (mestre ou doutor).

2.10 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.

A interação da pós-graduação na Área CP&RI com a formação básica representa um desafio continuado e se constitui em uma das medidas de inserção social dos PPG. Essa interação cresce de importância em função das desigualdades sociais e das deficiências do sistema educacional no que tange ao ensino básico. Tal condição cria uma demanda aos PPG da Área no sentido de gerar formas de impacto positivo que contribuam de alguma forma para a formação básica e para o cenário educacional como um todo, a partir de projetos e iniciativas variados.

A interação também é importante em outros setores da sociedade, notadamente os que se dedicam a formação de capital humano, inclusive os providos de mais recursos e os mais consolidados. Pode-se citar como exemplo as escolas de governo que preparam quadros para a



administração pública ou para a atuação no Poder Legislativo, bem como outras instituições de Estado e governo ligadas aos Estudos Estratégicos e de Defesa. Há que se acrescentar, ainda, as escolas que preparam profissionais para atuar na Segurança Pública e Defesa Civil, além de agências reguladoras e outras entidades do setor público ou privado.

É, ainda, recomendável a participação dos PPG da Área em projetos de pesquisa colaborativos ou em rede, estimulados por meio de editais públicos das agências de fomento ou outras iniciativas originadas no setor público ou privado, afetos às diversas áreas estratégicas ou de relevância especial, que são demandantes de políticas públicas, incluindo sua concepção, monitoramento e avaliação.

2.11 Visão da área sobre formas associativas.

Formas associativas são instrumentos de viabilização de parcerias que possibilitam a soma de esforços para a oferta de cursos de pós-graduação. Até o ano de 2019, a Área possuía um programa formado em associação.

As propostas de cursos em forma associativa devem atender às mesmas condições para submissão definidas no documento orientador de APCN. Com base nas normas vigentes, as propostas nessa modalidade deverão explicitar: o objetivo da forma associativa; justificativa e relevância para formação do programa em forma associativa; descrição do processo de compartilhamento do núcleo do corpo docente permanente; descrição do processo de compartilhamento da infraestrutura; e descrição das instituições associadas e colaboradoras.

2.12 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede)

A Área valoriza e estimula o uso dos mecanismos de solidariedade, como *Mestrado Interinstitucional* (MINTER), *Doutorado Interinstitucional* (Dinter) e *Turma Fora de Sede*, à medida que compõem um leque de recursos para a redução de desequilíbrios regionais e ou nacionais em termos de oferta de pós-graduação.

A Área pode ampliar sua atuação criando condições para cursos *stricto sensu* em regiões do país mais distantes dos grandes centros, notadamente as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Nesse sentido, serão consideradas propostas que, no âmbito das ferramentas de solidariedade, possam resultar em benefícios para as áreas com maiores desafios de inserção no SNPG.

Além disso, no caso específico de programas profissionais, a constituição de *turmas fora de sede*, ou seja, turmas de mestrado ou doutorado profissional, poderá também ser de interesse de comunidades epistêmicas ou profissionais sem possibilidade de mobilizar capacitações específicas existentes em programas consolidados e com maior disponibilidade de docentes e de infraestrutura laboratorial. Assim, a instituição ou entidade beneficiada não necessariamente será uma IES. A instituição promotora deve possuir o PPG profissional recomendado pela CAPES e reconhecido pela Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE

Conforme regulamentação específica, as turmas Minter, Dinter e Fora de Sede podem ser oferecidas em fluxo contínuo e suas criações prescindem de aprovação prévia pela CAPES, necessitando apenas registro na plataforma Sucupira. Cada PPG promotor só pode cadastrar uma única turma de cada modalidade. Essas turmas podem ser nacionais ou internacionais. Maiores detalhes sobre a apresentação e o acompanhamento das turmas Minter, Dinter e Fora de Sede podem ser obtidos pela consulta à legislação atinente ao tema.



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
39.cpol@capes.gov.br

3 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

A Área considera que a expansão observada ao longo da última década deve prosseguir, ainda que em menor intensidade. Essa ampliação é particularmente desejável em regiões e áreas temáticas com maior escassez de oferta de cursos de mestrado e doutorado e com maior carência de pessoal qualificado em nível de pós-graduação.

Uma maior atenção deve ser dada às modalidades ou possibilidades de gestão de programas já existentes ou a serem criados, pouco exploradas na Área CP&RI, como a fusão, desmembramento, migração, educação a distância, assim como as formas solidárias de Minter, Dinter e Turma Fora de Sede.

Cabe considerar, por fim, que a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* representa um desafio continuado, para o qual as coordenações que se sucedem buscam dar respostas em termos de gestão abrangente e inclusiva. Nesse processo, ao mesmo tempo em que buscam-se padrões de qualidade internacionais, deve-se preservar e valorizar agendas de formação e pesquisa focadas em temas e áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico e social, tanto no âmbito nacional quanto regional.